



# ENTRE A CASA, AS RUAS E AS INSTITUIÇÕES

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL  
NO BRASIL

Irene Rizzini e  
Renata Mena Brasil do Couto  
Organizadoras

INTER  
SEÇÕES

EDITORA  
PUC  
RJC

©Editora PUC-Rio

Rua Marquês de S. Vicente, 225 – Casa da Editora PUC-Rio

Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22451-900

T 55 21 3527-1760/1838

edpucRio@puc-rio.br

www.editora.puc-rio.br

*Conselho Gestor da Editora PUC-Rio*

Augusto Sampaio, Danilo Marcondes, Felipe Gomberg, Hilton Augusto Koch,

José Ricardo Bergmann, Júlio Cesar Valladão Diniz, Sidnei Paciornik,

Luiz Roberto Cunha e Sergio Bruni.

*Editor e coordenador:*

Felipe Gomberg

*Editora assistente:*

Lívia Salles

*Produtora editorial:*

Tatiana Helich Lopes

*Revisão de texto:* Cristina da Costa Pereira

*Projeto gráfico de capa:* Flávia da Matta Design

*Projeto gráfico e diagramação de miolo:* SBNigri Artes & Textos Ltda.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da editora.

---

Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil / Irene Rizzini e Renata Mena Brasil do Couto, organizadoras. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.

160 p.; 22,5 cm. – (Coleção Interseções)

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-88831-42-7

1. Assistência a menores – Brasil. 2. Crianças – Assistência em instituições – Brasil. 3. Adolescentes – Assistência em instituições – Brasil. I. Rizzini, Irene. II. Couto, Renata Mena Brasil do. III. Série.

CDD: 362.70981

---

Elaborado por Marcelo Cristovão da Cunha – CRB-7/6080

Divisão de Bibliotecas e Documentação – PUC-Rio

## Sumário

---

<b>Prefácio.....</b>	<b>7</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1 – A ética do cuidado nos processos de acolhimento de crianças e adolescentes: tramas, fios e conexões .....</b>	<b>21</b>
Sônia Maria Dantas Berger	
Juliana Maciel Gonçalves	
Enilce de Oliveira Fonseca Sally	
Paula Kwamme Latgé	
Ranulfo Cavalari Neto	
Paola Vargas	
Letícia de Freitas Portugal	
<b>Capítulo 2 – Aspectos teóricos e empíricos acerca da bioecologia do desenvolvimento da criança e do adolescente no contexto do acolhimento institucional .....</b>	<b>43</b>
Líliã Iêda Chaves Cavalcante	
Celina Maria Colino Magalhães	
Dalizia Amaral Cruz	
Laiane da Silva Corrêa	
Amanda Cristina Ribeiro Costa	
<b>Capítulo 3 – Crianças e adolescentes acolhidos com trajetória de vida nas ruas: normativas, dados recentes e recomendações.....</b>	<b>59</b>
Renata Mena Brasil do Couto	
<b>Capítulo 4 – O que a pandemia de Covid-19 revela sobre demandas e ações dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no Brasil? .....</b>	<b>79</b>
Dayse Cesar Franco Bernardi	

<b>Capítulo 5 – O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional .....</b>	<b>99</b>
Adriana Alice Gomes de Barros Irene Rizzini	
<b>Capítulo 6 – Uma perspectiva decolonial para compreender o acolhimento institucional de crianças e adolescentes negros.....</b>	<b>119</b>
Ana Carolina de Sá Queiroz	
<b>Capítulo 7 – Rebatimentos e desafios da pandemia da Covid-19 no acolhimento institucional de crianças e adolescentes.....</b>	<b>139</b>
Caroline de Souza Araujo	
<b>Sobre os autores e as autoras .....</b>	<b>155</b>

## Prefácio

---

É de se festejar o lançamento no Brasil desta importante obra, organizada pela professora Irene Rizzini e pela pesquisadora Renata Mena Brasil do Couto, em torno das trajetórias de crianças e adolescentes entre a casa, as ruas e as instituições de acolhimento.

Emblemas da grande mobilização por mudança de paradigma político e jurídico, com a passagem da situação irregular para uma concepção de proteção integral, crianças e adolescentes em situação de rua ainda expressam as contradições, impasses e desafios de um sistema.

Afinal, se sob o regime anterior essa equação entre situação de rua e institucionalização marcava a relação entre Estado e crianças e adolescentes que viviam situações precárias de existência, como se expressaria essa relação sob o novo regime de direitos?

Seja nos albores da criação de uma legislação e de serviços especializados ao atendimento dos menores, seja, posteriormente, com o verniz supostamente científico da categoria de situação irregular, a institucionalização de crianças e adolescentes, particularmente em situação de rua, cumpria funções claras, entre outras: a dissociação dos fatores sociais e políticos das situações de precariedade da vida, imputando a responsabilidade pela situação individualmente às famílias; o exercício de controle de populações marginalizadas por meio de crianças e adolescentes; o reforço simbólico a um regime de cuidados e de desenvolvimento de crianças que valorizava modelos familiares condizentes com o novo momento socioeconômico e produtivo do país; a disseminação de um modelo organizacional disciplinar dos ritmos de vida comutável com as exigências de adaptação ao recente processo de industrialização do país; a incidência seletiva e estigmatizante dessas intervenções sobre a população negra, recém-liberta do jugo da escravidão, sem políticas compensatórias e de promoção de direitos.

Com este pano de fundo, a mudança de paradigmas dos direitos de crianças implicava repensar a natureza, a forma de organização, os sentidos e as funções

## **A ética do cuidado nos processos de acolhimento de crianças e adolescentes: tramas, fios e conexões**

---

Sônia Maria Dantas Berger  
Juliana Maciel Gonçalves  
Enilce de Oliveira Fonseca Sally  
Paula Kwamme Latgé  
Ranulfo Cavalari Neto  
Paola Vargas  
Letícia de Freitas Portugal

Partindo-se do pressuposto de que o acolhimento é uma ética essencial à produção do cuidado e à garantia da proteção social, que se constitui no encontro entre humanos e que, ao se presentificar em ações e posições se desdobra em permanências e vinculações ou, afastamentos e repulsas, a proposta a ser desenvolvida no presente capítulo de escrita coletiva é de investigarmos, no âmbito de uma pesquisa-ação em desenvolvimento<sup>1</sup>, como o acolhimento vem sendo abordado e desenvolvido por diferentes atores que atuam junto às crianças e aos adolescentes no município de Niterói (RJ).

Para compor o texto, lançamos mão da triangulação metodológica, contando com a análise articulada de diferentes fontes (relatórios técnicos, sistemas de informação, políticas públicas e linhas de cuidado), por meio de métodos e técnicas diversos (análise documental, observação participante e grupo focal) e, envolvendo um grupo misto de pesquisadores-extensionistas (da universidade e das redes de atenção psicossocial e socioassistencial), buscando contribuir, por meio da práxis de pesquisa, ensino e extensão popular, para a construção compartilhada de conhecimentos sobre a temática do acolhimento, para além do espaço-tempo

institucional, situada em territórios existenciais e na ética do cuidado de crianças e adolescentes que vivem em Niterói.

Sendo assim, considerando a centralidade do acolhimento no contexto das políticas públicas que atravessam tanto as vidas de crianças, adolescentes e famílias considerados “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco” (BRASIL, 2004), como a rotina dos trabalhadores sociais que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), vimos ser necessário conhecer e discutir seus sentidos e práticas, a partir de alguns marcos teórico-metodológicos e éticos apresentados a seguir.

### Entre a casa, o acolhimento e a rua – a circulação e a viração

Na experiência institucional com crianças e adolescentes em situações diversas de vulnerabilidades sociais, sobretudo aquelas em situação de rua na cidade de Niterói, verificamos através dos históricos de vida, incluindo os institucionais, que há uma dinâmica constante de circulação pela cidade. Entre idas e vindas pelos diferentes serviços e territórios, se estivermos atentos às “coincidências”, aos ciclos e aos movimentos migratórios regionais, encontraremos também dinâmicas de sobrevivências, desde a busca por proteção e cuidados básicos para garantir a integridade física, até as experiências afetivas através da convivência com pares, familiares ou vínculos comunitários estabelecidos (GONÇALVES, 2018). Nestes percursos, a busca por acolhimento denota a pluralidade de funções e características que este conceito comporta.

Gregori (2000) introduziu os conceitos de *viração* e *circulação* para descrever as práticas de sobrevivência a partir das experiências de deslocamentos, vinculações e desvinculações territoriais e afetivas quando observou as trajetórias de adolescentes em situação de vulnerabilidade pela experiência da vivência nas ruas.

Segundo a autora, a *circulação*, além de descrever as mobilidades entre os espaços públicos e institucionais, dentre eles as ruas e o acolhimento institucional e familiar, num processo de *viração*, em nome da sobrevivência, descreve também os percursos pelos territórios e ambientes de socialização primária (familiar e comunitária de origem), em que, mediante a fragilidade dos laços afetivos e dos recursos materiais, a prática do “*se virar*” demanda a ampliação desses circuitos e gera um movimento de errância pela cidade (GONÇALVES, 2018).

Compreendendo a dinâmica da *circulação* enquanto prática de *viração*, pensar os sentidos do acolhimento a partir das experiências dessas populações vulneráveis, nos possibilita identificar os processos em que as demandas pelo acolhimento institucional se localizam não somente pela dinâmica da proteção no âmbito do sistema de garantia de direitos, como também inserida dentro de uma lógica de *viração*, temporária e contextualizada por fatores diversos.

Considerando os históricos tanto institucionais como afetivos, em que se apresentam variadas possibilidades de recomposição temporária de vínculos familiares e comunitários, os percursos de crianças e adolescentes no contexto das vulnerabilidades sociais precisam ser percebidos em sua complexidade. Reconhecer as trajetórias dessas meninas e meninos possibilita reconhecer também as funções distintas dos serviços dentro de um contexto temporal, político e também subjetivo.

Nesta lógica de sociabilidade, em que estão sempre a chegar e a sair, não apenas dos espaços, mas também das relações, a questão sobre ser possível conferir algum pertencimento também traz à tona a questão sobre o que é acolher. O que é possível fazer em meio a esta lógica circulante? O que a produção do vínculo e a construção da autonomia podem produzir em termos de potência? Onde e como o acolhimento pode “romper” com a circulação enquanto ciclo infinito? Em que sentido que os usos, as experiências institucionais possibilitam transpor com uma lógica apenas de *viração* que permeiam sobrevivência assistida?

### O acolhimento como ética essencial à produção do cuidado e à garantia da proteção social

Acolher/desacolher, ética que se constitui no encontro entre humanos e se presentifica em ações e posições, pode se desdobrar em permanências e vinculações ou afastamentos e repulsas. Acolher é uma forma do cuidado enquanto ética, e como nos ensina Boff: “(...) implica: ter intimidade, senti-las dentro, acolhê-las, respeitá-las, dar-lhes sossego e repouso” (BOFF, 1999, p. 96).

Leonardo Boff convida-nos a ultrapassar a dimensão da razão enquanto exclusiva para atuar em outro registro, o do sensível, o que se apresenta como um grande desafio, tendo em vista que a lógica de organização contemporânea está repleta de protocolos, prescrições e orientações técnicas.

Ao sermos regidos pela técnica, como é possível atuarmos na dimensão ética do cuidado? O acolhimento nesta dimensão só entra em cena quando estamos abertos para a potência do encontro, do diálogo e da coexistência.

A “Ética do Cuidado”, enquanto paradigma aplicado às políticas públicas voltadas para a proteção social das crianças e adolescentes, pode contribuir para a superação de uma limitada concepção de proteção social, que mais se vale da filantropia, dos princípios higienistas e de processos de institucionalização orientados pela lógica manicomial, do que de políticas públicas que avancem na diretriz da intersetorialidade, do cuidado e da educação integral, situados na realidade social brasileira, lado a lado, com toda uma cidade-sociedade cuidadora e antirracista.

### Breve contextualização da experiência de extensão e pesquisa

Em 2017, o projeto de extensão “Crianças e adolescentes em situação de rua e acolhimento institucional: construindo estratégias de territorialização afetiva”, do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal Fluminense (UFF), iniciou suas atividades junto com a rede de saúde mental infantojuvenil, na parceria direta com uma equipe criada a partir de portaria intersetorial entre a Saúde e Assistência Social de Niterói, e a Equipe de Referência Infantojuvenil para Ações de Atenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas (ERIJAD). Territorializações e afetos como estratégias de cuidado, essa é a afirmação contida no nome de batismo do projeto e compartilhada nos diferentes espaços de circulação das crianças, adolescentes e jovens em situação de rua e/ou vulnerabilidade em suas re (existências), frente à precarização da vida, agravados diante do avanço das políticas neoliberais, no modo de produção capitalista (CAVALARI NETO et al., 2018).

Nesse caminho, foram afirmados preceitos da obra freiriana aplicados à proposta de extensão popular, e, principalmente, ao cuidado de crianças e adolescentes em situação de rua e acolhimento institucional, orientados por uma Pedagogia do Cuidado (NESPOLI et al., 2020; CRUZ et al., 2020). A evocação dessa práxis pedagógica, que se apropria dos ensinamentos de Paulo Freire por meio da Extensão e da Educação Popular em Saúde, afirma uma compreensão ético-crítico-política da educação que está permeada de elementos que nos remetem à concepção cuidadora. A validação do cuidado está na ampliação que envolve a constituição de redes de apoio social, tanto para quem oferta, quanto para quem recebe, transformando-se então num processo recíproco, mútuo de cuidado, e, principalmente, de geração de afetos.

Na continuidade das ações de tal experiência no campo da extensão popular, a partir do ano de 2020, nasceu o projeto de pesquisa e extensão “NITERÓI – uma cidade inteira para todas as crianças e adolescentes”.

### Estratégias e percursos metodológicos

Na pesquisa que dá sustentação aos dados apresentados e discutidos no texto, aliam-se metodologias e técnicas de pesquisa e intervenção na perspectiva da triangulação metodológica (MINAYO, 2005).

A abordagem principal baseia-se na concepção dialógica da pesquisa-ação (PA), que prevê técnicas de coleta de dados em que os sujeitos possam se incluir como indivíduos e coletividades e os tradicionais objetos de pesquisa são alçados à posição de sujeitos do conhecimento com potencial para problematizar, investigar e transformar sua própria realidade de vida. Na pesquisa, ora em andamento, estão sendo desenvolvidos procedimentos metodológicos formais e intervenções, via ações de extensão.

### Grupo focal com representantes dos dispositivos de acolhimento

Em abril de 2021, como parte do diagnóstico situacional que vem sendo desenvolvido no âmbito do projeto, foi realizado um grupo focal (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2001) com o objetivo de colocar em análise os significados e práticas dos participantes com relação ao acolhimento. Participaram instituições e programas incluídos nas políticas públicas de proteção social especial da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária do município de Niterói, voltadas para o acolhimento de crianças, adolescentes e famílias, nas modalidades de acolhimento institucional e acolhimento familiar. O GF foi realizado remotamente, via *Google Meet*. Os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado via *Formulário Google*, e concordaram com a participação, incluindo a gravação.

Tivemos a participação de quatro voluntários do quadro técnico ou de gestão, dentre eles três homens e uma mulher, sendo contemplada uma diversidade de olhares sobre a temática, devido a suas histórias de vida e trajetórias profissionais, sendo que dois deles transitam e/ou atuam no campo do acolhimento institucional de crianças e adolescentes por, pelo menos, 15 anos.

### Rodas de conversa “Cuidados na infância, adolescência e juventude”

A Roda é metodologia, forma de organização, momento de encontro, movimento coletivo. Roda é dispositivo, “categoria fundamental à compreensão do movimento político” (AGAMBEN, 2014, p. 25). Em potência, a Roda permite colocar em análise as práticas cotidianas, problematizar práticas instituídas, desindividualizar as queixas e refletir sobre outras estratégias de atuação.

Sob a coordenação da Equipe de Referência Infantojuvenil para Ações de Atenção ao uso de Álcool e Outras Drogas (ERIJAD), as rodas, inicialmente, foram propostas como estratégia para garantir encontros de rede por meio digital durante a pandemia da Covid-19. Desde então, vêm acontecendo mensalmente com temáticas específicas, sendo o acolhimento (enquanto prática e categoria analítica) um dos eixos transversais a todos os encontros. Entre agosto de 2020 e abril de 2021, foram realizadas sete rodas de conversa com representantes do SGDCA (Figura 1).

Nos encontros houve participação de profissionais do SGDCA com diferentes áreas e vínculos de atuação, jovens, professores e estudantes da UFF (graduação e pós-graduação).

Figura 1 – Cronologia temática e número de participantes das Rodas de Conversa.



### O “acolhido”, o acolhimento institucional e a família acolhedora

Os relatos do grupo focal foram transcritos na íntegra, e, em seguida, se deu a organização do material empírico. Os dados foram examinados através de uma análise de conteúdo temática (BARDIN, 2016). A seguir, apresentaremos, brevemente, parte das unidades de registro e de contexto (OLIVEIRA, 2008) que compuseram os resultados qualitativos das categorias referentes à problematização do acolhimento.

#### Sentidos relacionados ao acolhimento na prática do grupo entrevistado

Entre os participantes, dois temas compuseram os sentidos atribuídos ao acolhimento: como um cuidado e como uma violência. A ambivalência de sentimentos e/ou coexistência de sentidos chegou a ser apontada claramente por um deles:

Então eu acho que a gente vê o acolhimento, eu vejo o acolhimento nessas duas perspectivas, do acolhimento como protetivo e a gente precisa fazer realmente esse acolhimento como protetivo, mas a gente jamais pode esquecer que o acolhimento é um lugar de sofrimento, não pela gente (...) Um lugar de cuidado, mas da mesma maneira um lugar de recomeço e de abandono, entende? (p.4)

#### O acolhimento-cuidado

Ainda que, de algum modo, todos tenham identificado o cuidado como uma noção diretamente associada ao acolhimento em suas práticas junto às crianças, aos adolescentes e às famílias, foi observado que a direção dada a esse cuidado pode se diferenciar, desdobrando-se em objetivos que, embora distintos, convergem para situações que fazem parte da rotina de serviços e programas de acolhimento institucional e familiar e que demonstram focos ou posicionamentos político-pedagógicos dos participantes em suas diferentes inserções institucionais.

Assim, o cuidado foi considerado como necessário de ser incluído no manejo técnico do/a profissional para suprir algo que faltou e/ou por haver direito violado na trajetória daquela criança ou daquele(a) adolescente:

O sentido do acolhimento pra mim é (...) eu não sei se é um sentido de substituição, mas é um sentido de tentar cobrir uma ausência que teve no cuidado com essas pessoas, (...) a gente usa todo o nosso repertório técnico pra suprir uma ausência familiar ou uma negligência familiar, muitas vezes a gente vê que repertório técnico não é suficiente, a maioria das vezes não vai ser, então você precisa ter mais recursos, para além disso. (p.1)

No “acolhimento-cuidado” que supre alguma falta, um dos participantes destacou a necessidade de se trabalhar também a questão da autonomia do/a adolescente, no sentido de que este/a seja capaz de enfrentar as dificuldades no momento de seu desligamento. Interessante perceber que o cuidado aparece como necessário para algo referente ao passado – o que faltou e, no caso do desligamento, do que será preciso, no tempo futuro. Um desafio parece ser a possibilidade do cuidado para as demandas do aqui e do agora.

Outro modo de atribuir valor dado ao cuidado no acolhimento foi que o mesmo possa se dar na perspectiva do afeto, sendo que no caso das famílias em situação de acolhimento é ressaltado o foco na possibilidade de, por meio desse cuidado-afeto, se promover alguma organização e acesso a direitos básicos para o que a equipe precisa:

(...) oportunizar a essas famílias a possibilidade delas se organizarem, experimentarem um ambiente de cuidado, um ambiente onde elas vão poder se alimentar, onde elas vão poder ter o seu quarto, ter a sua cama, enfim ter o seu momento ali de diversão também, ter um momento pra conversar sobre as coisas sérias e importantes pra cuidar da saúde. (p.3)

Outras dimensões associadas ao cuidado no acolhimento foram, para além de uma garantia jurídica, proteção e vínculo

(...) por mais que seja uma medida protetiva e esteja aí nesse viés da legislação e das garantias jurídicas vamos dizer assim, se a gente for ali pro miudinho, é do cuidado e proteção e do vínculo que é criado, que essa criança, esse adolescente vai levar pra vida. (p.2)

Foi especialmente destacado por um dos debatedores, que tem experiência tanto no acolhimento institucional como no familiar, que o “acolhimento-cuidado” precisaria também cuidar da família das crianças e adolescentes, pois eles vivem sucessivos processos de culpabilização quando, na verdade, primeiramente seus direitos foram violados.

### **O acolhimento-violência**

As dimensões negativas associadas ao acolhimento variaram em graus de gravidade das situações relatadas, bem como dos meios de as equipes diretamente envolvidas intervirem para, de algum modo, reduzirem os danos causados a crianças, adolescentes e famílias.

Nesse caminho, a rigidez das regras e rotinas, muito comuns e valorizadas nos processos de institucionalização, pode ser experimentada, especialmente no caso de pessoas oriundas de experiências de vida na rua e em tempos de pandemia, como controle ou restrição de sua liberdade e, assim, contribuir para que o acolhimento seja percebido como algo ruim ou não acolhedor.

A institucionalização via medida protetiva do acolhimento também pode ser vivenciada como um processo violento, especialmente nos seus momentos iniciais, quando, no caso de muitas crianças, suas referências são perdidas de modo abrupto e suas rotinas de vida alteradas:

O acolhimento muitas das vezes ele é violento (...) acolher é violento porque quando eu acolho uma criança dentro de um acolhimento institucional, seja lá pelo artigo 93, que no momento é excepcional e emergencial, eu zero a vida dessa criança, praticamente eu não vou falar que eu zero, mas eu retiro essa criança, faço com que seja ele totalmente destruído, mas é o lar que ele tem como referência. (p.4)

O processo de institucionalização pode seguir sendo como algo que causa sofrimento às pessoas acolhidas, ainda que toda a prática da equipe seja caracterizada como “acolhedora” ou “humanizada”, inclusive ganhando formas diferenciadas de serem vivenciadas e/ou expressas, sendo ela uma criança ou um adolescente:

(...) Muitas vezes ele enxerga como algo, quando chega a uma fase adolescente, que é uma questão punitiva. A criança no iní-



cio ela enxerga como um campo de recreação, por quê? (...) a gente tem uma série de atividades e garantias, que no início é tudo lindo e maravilhoso, mas quando bate 20 horas ou 21 horas que a luz se apaga, aí vem o choro, e aí ela entende que não tem ninguém, bate desespero. (p.4)

Sem dúvida, as situações reconhecidas como mais violentas para as crianças, sob a ótica dos técnicos e gestores que estiveram no grupo, foram aquelas em que o acolhimento se deu por meio de mandados de busca e apreensão executados de modo arbitrário, reproduzindo uma lógica histórica de criminalização e opressão das populações vulnerabilizadas, além de desconsiderar toda e qualquer possibilidade de reconhecer as crianças e adolescentes envolvidos como sujeitos (e não objetos) das intervenções:

(...) quando se dá por meio de mandado de busca e apreensão, a criança vem muito fragilizada e violada e aí assim chega mesmo assustada, chorando, porque o aparato policial é presente. Ela é retirada da escola, ela é retirada de uma consulta (...) ou então, a família vai pra um atendimento e a criança fica (...). (p.2)

(...) recebi o acolhimento de um menino que chegou com o oficial de justiça, sem nenhum "Conselho Tutelar" pra garantir os direitos dele. Só o oficial de justiça e uma viatura da PM, com PM's armados e – era um menino minúsculo, muito pequeno, se esgoelando de chorar, lógico, porque ele foi tirado de casa por uma viatura da PM (...) aí perguntei pra ele: "por que você precisou de uma viatura da PM, pra pegar um menino desse tamanho?" E aí eu fiz o acolhimento (...) do menino pra explicar pra ele o que estava acontecendo, (...) mas pra mim é um desenho de como alguns acolhimentos são "pé na porta". (p.1)

### **Limites nos processos de gestão e atenção envolvidos na implementação do acolhimento enquanto medida de proteção e cuidado às famílias**

Foram muito presentes nas falas dos integrantes do GF referências aos processos de gestão e atenção que antecedem à chegada da criança, do/da adolescente

ou da família, todas, de certo modo, apontando limites da rede e/ou desafios para os operadores do SGDCA. Houve questionamentos sobre os processos decisórios envolvidos, sobre os critérios utilizados para se atribuir a situação de vulnerabilidade social que justificasse, por exemplo, o acolhimento institucional, entre outros.

O peso de uma medida judicial que tem tamanha repercussão na vida das famílias, crianças e adolescentes, vivenciada por muitos como violações de direitos e violências, a depender do modo como tal procedimento padrão é interpretado e executado pelos diferentes atores que participam do SGDCA, parece funcionar como um carimbo que determina e chancela caminhos que, na verdade, podem desembocar em situações de desproteção ou de mais vulnerabilização. E, ao que parece, contraditoriamente, muitas vezes, isso chega primeiro à criança, já que houve um processo de invisibilidade ou negligência coletiva na rede intersetorial (e não só dos pais/responsáveis denunciados), com relação às demandas de proteção social e cuidado de suas famílias:

A medida de acolhimento chega primeiro na família (...), essa família foi atendida ou não foi atendida com a implicação necessária por outros dispositivos da rede, tanto de assistência social, quanto de saúde, como de educação. Então não teve um CRAS, não teve um CREAS, não teve um posto de saúde, não teve um ambulatório de saúde mental, que tivesse feito um programa de atendimento com essa família antes dela ser acolhida? Então acho que tem um buraco na rede também! (p.1)

### **Acolhimento e cuidado no contexto das políticas públicas e práticas dos trabalhadores sociais que atuam no SGDCA de Niterói (RJ)**

A ERIJAD constatou, em seu cotidiano de trabalho, que crianças, adolescentes e jovens expostos a processos vulnerabilizantes – em decorrência do uso de drogas e/ou da situação de rua – têm dificuldades de acessar os serviços e de garantir seus direitos básicos e que, quando ocorre o agravamento de sua situação, a saída encontrada pelos operadores do SGDCA costuma ser a internação, seja esta de natureza clínica, socioeducativa, psiquiátrica ou em comunidade terapêutica.

Somado a isso, a equipe reconheceu que, embora alguns princípios, como integralidade e intersetorialidade, estejam postulados nas políticas e sejam balizadores do trabalho realizado em rede, eles não estão dados, isto é, não se materializam nas práticas de modo simples e automático.

Nesse sentido, algumas questões e impasses com os quais nos deparamos na relação com as instituições e serviços destinados a garantir o cuidado e a proteção de crianças, adolescentes e jovens em processos vulnerabilizantes, tornaram-se oportunidades para a criação de um dispositivo de intervenção. Assim, deu-se o ponto de partida para a construção das rodas "Cuidados na infância, adolescência e juventude".

### **Observação participante nas rodas de conversa com a rede**

Como estratégia para a apresentação e a problematização dos resultados desse complexo processo de intervenção e pesquisa em curso, mediado pela observação participante das rodas de conversa, utilizamos uma análise descritiva do conteúdo temático geral que circulou nos encontros, na intenção de compartilhar dados da experiência relacionados aos sentidos do acolhimento. Demarcamos tendências e ausências no processo de compartilhamento de saberes e práticas mobilizados nas rodas, tendo como código e suporte o modo linguístico escrito e oral por meio da observação e da leitura dos registros produzidos, com base em diálogos e conversações advindas dos encontros pontualmente contextualizadas em dados da análise documental<sup>2</sup>.

No primeiro tempo analítico, evidenciamos que a palavra "acolhimento" apareceu dezesseis vezes nos sete relatos analisados, sendo nove vezes referentes à primeira roda que, justamente, teve como tema "Acolhimento e suas diferentes modalidades", colocando de modo estratégico o tema em debate. Por outro lado, tal palavra não apareceu nenhuma vez nos registros das rodas com os temas "Encarceramento da juventude negra e seus desdobramentos" e "Sistema de Garantia de Direitos: acessos e impasses".

Quando o exame tem como ponto reflexivo as expressões apresentadas nos relatos, sentidos diversos ficam aparentes, tais como: acolhimento como medida protetiva; acolhimento como resposta pública no formato de serviços ofertados; e ainda "acolhimento-cuidado" como posição em relação ao outro.

### **Acolhimento como medida protetiva**

Partindo do acolhimento como medida protetiva, algumas questões puderam ser destacadas, no sentido de um posicionamento mais afinado com o "prescrito", ou seja, com o que a política e os marcos legais recomendam, como observado nos registros da primeira roda<sup>3</sup>, reforçando o caráter excepcional da medida: "Acolhimento, enquanto excepcionalidade, e quando outras possibilidades forem esgotadas..."; e "(...) o acolhimento precisa ter uma direção, ou seja, a perspectiva de início, meio e fim".

De fato, o caráter de excepcionalidade do acolhimento institucional para crianças e adolescentes está explicitado no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e reafirmado no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006). Ambos destacam a importância da manutenção do vínculo com a família de origem, uma vez que tenham sido acolhidos. O sentido do acolhimento, termo citado com elevada frequência nestes dois documentos, é de abrigamento, uma referência aos programas e/ou aos equipamentos institucionais de guarda.

Houve também a constatação de que o acolhimento institucional tem acontecido em Niterói como primeira e/ou única possibilidade, apesar de ser recomendada no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) a inclusão da criança ou adolescente, preferencialmente, em programas de acolhimento familiar, guardado seu caráter excepcional. Mas, ainda que pouco frequente, foi destacada a importância de se trabalhar o olhar das crianças acolhidas sobre este tipo de acolhimento, para um melhor entendimento sobre o tipo de laço ou vínculo promovido.

### **Acolhimento como resposta pública**

No que se refere ao sentido do acolhimento como resposta pública no formato de serviços ofertados, as rodas indicaram a necessidade de investimento em mais políticas públicas voltadas ao acolhimento do grupo familiar. Também foram levantados questionamentos acerca dos processos que ocorrem antes da criança ou do adolescente ser institucionalizado: "Como e onde estamos desprotegendo as crianças e os adolescentes?"; "O que faltou lá atrás?".

Ainda em relação ao acolhimento como resposta pública foi apontada a dificuldade da saída do acolhimento institucional quando os jovens completam 18 anos e a ausência de determinadas políticas públicas asseguradas nas normativas: *“Cadê as repúblicas? Cadê essa garantia que está no Estatuto da Juventude?”*

### **Acolhimento como posição em relação ao outro**

Sobre o “acolhimento-cuidado” como posição em relação ao outro, algumas questões relacionadas ao processo de acompanhamento familiar, construção e articulação dos planos de atendimento, e ainda acolhimento como modalidade de cuidado no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua foram evidenciados. Algumas afirmações e questionamentos ganharam relevância: *“Os meninos em situação de rua não fazem parte do perfil dos acolhimentos institucionais, eles não são judicializados?”*; *“Precisamos ouvir mais na rua e não criminalizar e punir!”*

Dentro desse recorte, a articulação entre acolhimento e estigmatização apareceu em diferentes rodas, apontando barreiras como preconceitos para que se avance na qualificação do acolhimento, como afirmado em determinados depoimentos: *“Acolher do jeito que vem, isto é, despido de preconceito”*.

Talvez tal processo histórico de estigmatização explique a razão pela qual, somente 27 anos após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), contando com grande articulação dos movimentos sociais e por meio da campanha do CONANDA “Criança não é de rua”, tivemos a publicação das Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (BRASIL, 2017), reconhecendo-os como sujeitos de direitos, pessoa em desenvolvimento e um público prioritário das políticas públicas.

Identificamos discussões que dizem respeito ao cuidado praticado fora das instituições de acolhimento e à ênfase na construção de práticas de cuidado junto com as crianças e adolescentes em situação de rua (CASR): *“Nossa tendência é falar das crianças apenas quando estão nas instituições.”*; *“Quais territórios do brincar podem ser construídos na rua para garantir direitos?”*

Considerando o acolhimento como posição entre sujeitos, que convoca a uma ética do cuidado ou do descuido, faz-se importante identificar como a palavra “cuidado” e as expressões correlatas apareceram nas rodas, pois foram quatorze menções utilizando o vocábulo “cuidado”, quase sempre indicando o desafio de superação da lógica de fragmentação deste para uma responsabilização coletiva na direção da integralidade.

O cuidado também apareceu na dupla ação do Estado que oferta o descuido em ações violentas na perspectiva da segurança pública, tendo outra resposta por parte dos atores que atuam nos serviços de Saúde e Assistência Social, sendo ressaltada uma inventividade na direção da redução de danos, e uma forma de ação que supere um engessamento normativo: *“A gente percebe que seguir as normas todo o tempo não se encaixa no cuidado, tendo que buscar alternativas para refletir sobre o que é melhor na hora de resolver o problema”*.

Ainda no que concerne ao cuidado, a discussão sobre a judicialização das infâncias apareceu nos debates, sinalizando a importância de se continuar resistindo ao avanço de tais práticas, bem como de se interrogar: *“Por que questões sociais continuam sendo jurisdicalizadas mesmo com a criação de instâncias participativas como os conselhos tutelares e os conselhos de direitos?”*

Observamos ter se dado, pouco a pouco, ao longo dos encontros, uma imanência entre o acolhimento enquanto um tema/problema na rotina junto às crianças e adolescentes e como um cuidado promovido aos trabalhadores na roda. Alguns efeitos produzidos pelos encontros foram sinalizados na roda em que foi feita a avaliação dos encontros anteriores, entre os quais: ao “sair do espaço de alienação institucional” (por meio da participação nas rodas), há possibilidades de se trazer “respiro e poder olhar com certa distância para o trabalho”, de valorizar “os saberes e práticas de todos e todas”, bem como de coletivizar as reflexões e angústias, pois “a gente vê que não está muito sozinho”.

Ao propiciarmos um espaço de escuta e acolhimento para os trabalhadores, indiretamente, poderemos provocar mudanças nos modos de atenção ao usuário? Apostamos no que foi apontado por um deles: *“É o meu primeiro contato com a reunião e eu estou saindo outra pessoa. É preciso trazer mais pessoas”*.

### **O que ainda temos a destacar, problematizar e esperar?**

Diante do cenário apontado pelos dados reunidos a partir da pesquisa-intervenção ora em desenvolvimento, que incorpora e se fortalece nas ações extensionistas compartilhadas entre trabalhadores da rede e os integrantes do projeto para caminhar no sentido das transformações no campo pesquisado, contando com envolvimento dos sujeitos nele inseridos (THIOLLENT, 1986), reconhecemos e ressaltamos que:

Foi possível conhecermos sentidos do acolhimento nas práticas de parte dos trabalhadores sociais que integram a Rede de Proteção, Promoção e Defesa dos

Direitos das Crianças e Adolescentes de Niterói, bem como alguns desdobramentos e movimentos, tanto de reprodução como de resistência aos modos de concebê-lo em suas práxis, para além do espaço tempo institucional;

O grupo focal e as rodas de conversas foram espaços potentes para proporcionar processos de reflexão que deram visibilidade, tanto a discursos e práticas hegemônicas que engendram o acolhimento no sentido prescritivo de uma medida de proteção e guarda, como mais situados nos processos intersubjetivos que podem colaborar, ora para acolher e produzir cuidado, ora para afastar, violentar e desvincular as crianças, adolescentes e famílias que deveriam ser acolhidos nos programas e/ou instituições;

No modo como o acolhimento foi percebido entre os representantes da rede que participaram dessas atividades, foram incluídos conhecimentos, valores, práticas e atitudes que tanto cuidam, protegem e promovem vínculos e direitos – como passeios, brincadeiras, alimentação, sono, banho – como causam sofrimento que se expressam em sentimentos de abandono e perda de referências identitárias e/ou sociais. Em determinados casos, o acolhimento institucional corre o risco de se assemelhar ao que Goffman (1987) identifica como modelo de instituição total, especialmente quando organizado só em torno de processos considerados mortificadores, associados à limitação da privacidade e da liberdade, a rotinas diárias baseadas em regras rígidas, entre outros.

As situações negativas associadas ao acolhimento desafiam e/ou limitam as equipes técnicas dos acolhimentos na construção de vínculos, podendo precipitar evasões, caso não existam projetos “educacionais alternativos no sentido de se diferenciar dos valores pedagógicos punitivos” (NOGUEIRA; BELLINI, 2006, p. 614). A fuga pode ser uma estratégia ou modo de demonstrar a insatisfação das crianças, “levando-as a uma vida quase nômade, em uma trajetória entre um abrigo e outro” (RIBEIRO; CIAMPONE, 2002, p. 312);

Em meio a uma “cilada”, conferida por esta lógica circular que implica também continuidade e permanência, há uma “saga” em busca de recursos. A persistência da circulação (GREGORI, 2000) pode conferir a esta população um eterno processo de despertamento, em que os vínculos produzidos nos espaços a serviço do cuidado e do acolhimento se estabelecem e se rompem, ainda que estes possibilitem a construção de lugares subjetivos, como reconhecido por alguns participantes que identificaram suas equipes como humanizadas e implicadas na produção do cuidado;

A inclusão das crianças e adolescentes que circulam pelas redes socioassistencial e jurídica em processos mais dialógicos e participativos, que as considerem

sujeitos das intervenções, ainda parece ser algo a ser alcançado nos processos socioculturais e institucionais envolvidos em suas trajetórias entre a casa, o acolhimento institucional e a rua (GONÇALVES, 2018);

A territorialização/desterritorialização afetiva vivenciada, produzida e/ou reproduzida nos diferentes espaços e tempos do cuidado em rede segue situada em processos históricos de exclusão social, sustentados pelo racismo estrutural e pelo paradigma da colonialidade (PENNA, 2014). O silenciamento de suas vozes, a criminalização de seus atos, a tutela e não a produção da autonomia seguem como pano de fundo das medidas de proteção adotadas frente aos processos de vulnerabilização em que vivem as crianças e seus familiares. O que dizer dos acolhimentos institucionais prescritos pela justiça, que deveriam ter o caráter de excepcionalidade e ocorrer só depois que algum acolhimento às famílias fosse promovido, mas que, ao serem determinados pela força da lei e não do cuidado, se dão sob a égide da busca e da apreensão da criança, sendo operados por forças policiais, violando direitos e violentando aqueles e aquelas que deveriam ser protegidos pelo Estado? Vimos que vários atores-chave no âmbito da defesa, promoção e proteção social parecem ainda não entender a diferença entre o que seria uma medida protetiva e uma medida socioeducativa, por exemplo, e que ambas precisam envolver a ética do cuidado no acolhimento;

Por outro lado, foi positivo observarmos o destaque dado por alguns integrantes da rede à possibilidade de dar voz, inovar e construir a autonomia da criança e do adolescente como componentes centrais no acolhimento que se orienta pela ética do cuidado, não restrito aos protocolos, como no depoimento de um deles. Isso apareceu também quando foi ressaltado ser necessário ouvi-los e esclarecê-los sobre como percebem e sentem o acolhimento familiar, pois é difícil para eles entenderem e diferenciarem o tipo de vinculação afetiva proposto. Situa-los sobre o motivo pelo qual a medida de proteção foi aplicada e desconstruir o processo de objetificação/desacolhimento/violência vivenciado anteriormente, pelo que se reconheceu serem os “buracos da rede” até chegarem à situação de acolhimento e, o que isso representa no aqui e agora, precisam ser constantemente trabalhados junto aos mesmos. O desafio parece ser a possibilidade do cuidado para as demandas desse aqui e agora, que não seja só para suprir o que ele não teve antes ou poderá não ter na sua saída, e que seja pautado no ato de ocupar-se, tal como trabalhado por Vasconcelos (2008). O autor utiliza essa noção no sentido de que a práxis deve ser pautada a partir da problematização da realidade, tendo em vista a promoção da cidadania. O ato de se ocupar está pautado no

aqui e agora, dos problemas passíveis de serem enfrentados, com que nós todos precisamos nos mobilizar de acordo com as situações exigidas pelo grupo, e não exclusivamente pelas condições tradicionalmente oferecidas pelos serviços, programas, planos e pelas políticas públicas vigentes;

A produção de um acolhimento-cuidado que trabalhe a autonomia no aqui e agora precisa incorporar o comportamento das crianças e dos adolescentes em toda sua potencialidade e ludicidade de serem sujeitos ativos e não objeto das intervenções, tornando-se o ponto de partida para qualquer trabalho pedagógico e de cuidado com elas e eles (PARO et al., 2020). Alinhados à concepção sociológica da infância enquanto fenômeno social, acreditamos que todas as crianças e adolescentes inclusive os que se encontram nas ruas e nos acolhimentos institucionais modificam seu entorno, enquanto agentes sociais;

Vale lembrar que no processo histórico de conquistas e avanços no que se refere aos direitos de grupos vulnerabilizados, o papel relevante dos movimentos sociais não pode ser desconsiderado, pois possibilita aos mesmos a condição de se tornarem protagonistas no processo, tal como vimos acontecer com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, por ocasião de aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). No entanto, a mobilização da participação em torno do ativismo e/ou militância, quer seja das crianças e adolescentes, quer seja dos trabalhadores sociais, ainda nos pareceu ser algo a ser construído ou retomado, dentro das redes de acolhimento e cuidado em que circulamos por meio do projeto;

Observamos que os sentidos do acolhimento foram sendo situados em movimento dialético que, nas contradições, foram se modificando. Sendo assim, tomamos emprestadas as reflexões freirianas sobre o ensinar no âmbito da Pedagogia da Autonomia (FREIRE, 1996) e seguimos apostando que “na formação permanente dos sujeitos, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (p. 39). Ou seja, a consciência dos homens a respeito de sua práxis “permite-lhes conhecer a situação-limite em sua essência” e, assim, agir para transformá-la, por meio dos inéditos viáveis (CRUZ et al., 2014, p. 46);

Por fim, acreditamos que o processo instaurado via extensão popular articulada à pesquisa-ação, tendo a emancipação humana como elemento referencial da prática social, vem se dando dentro de um amplo e complexo movimento de reflexão crítica sobre a prática, baseada na formação-educação permanentes, porém não restrito ao que apresentamos no capítulo, já que realizamos outras ações con-

comitantes que trabalham no sentido da articulação e da capacitação para o do trabalho em rede, a desconstrução de estigmas vinculados à produção de infâncias desiguais e a produção compartilhada de um acolhimento coletivo e ampliado às crianças, familiares e trabalhadores sociais. Esse processo vem se dando por meio de cursos, grupos de estudos, oficinas de sensibilização, organização e disseminação da Campanha “É Preciso uma Cidade Inteira para Cuidar de uma Criança”, com o diagnóstico situacional participativo. Essas ações estão em consonância com reflexões e recomendações apontadas na literatura para que se avance na proteção integral e intervenção antes que se tornem críticas as violações de direitos (RIZZINI, 2019). A mudança de paradigmas e culturas fortemente enraizados, segundo Cerqueira e Rizzini (2020), “demanda que a rede se articule e se reinvente de forma horizontalizada e implicada”, por intermédio de um “processo coletivo de intervenção e implicação, no qual todos os envolvidos possam rever suas práticas” e “em prol de um objetivo em comum, que é o desenvolvimento humano e social de todos os envolvidos” (p.28). Com a licença das autoras, na direção do que Leonardo Boff nos ensina sobre como se dá o cuidado essencial “quando um acolhe o outro e assim se realiza a coexistência” (BOFF, 1999, p. 110), e inspiradas no que temos aprendido com o feminismo de base comunitária, acreditamos ser objetivo comum e necessário o “envolvimento humano”.

## Notas

- 1 Projeto de Pesquisa e Extensão “Niterói-uma cidade inteira para todas as crianças, adolescentes e jovens” (2021-2022), aprovado pelo CEP/UFF (parecer nº4.172.076). Baseado na experiência do projeto de extensão “Crianças e adolescentes em situação de rua e acolhimento institucional: construindo estratégias de territorialização afetiva”, está vinculado ao Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal Fluminense (ISC/UFF). Visa a enfrentar o agravamento dos processos vulnerabilizantes e a ser um potencializador do acesso da população infantojuvenil aos serviços essenciais ao cuidado e à proteção social, buscando dar visibilidade aos impasses identificados nas redes socioassistenciais, fomentar experiência de redes intersetoriais territorializadas e sensibilizar trabalhadores sociais e a população sobre a importância de uma cidade inteira para cuidar de suas crianças/adolescentes e jovens. Apoio: Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA)/Prefeitura de Niterói/Área de Resultados do Plano Estratégico Niterói Que Queremos: Inclusiva.
- 2 A análise documental encontra-se em processo de tratamento e análise pela equipe de pesquisa. Somente para compor com parte dos dados gerados na roda, foram selecionados resultados de cinco documentos escritos, em sua maioria textos governamentais na forma de políticas nacionais ou de planos e diretrizes a elas aninhados. Uma Lei nacional – a Lei nº 8069 de 1990 (BRASIL, 1990) – também foi analisada e foi o ponto de partida temporal para a presente análise.
- 3 Nos registros feitos pela equipe, não houve identificação das falas. Embora, metodologicamente, no campo de uma investigação acadêmica de caráter qualitativo consideremos importante situarmos quem fala, desde que se resguardando os devidos cuidados éticos, especificamente no caso das rodas, optamos por aproveitar o conteúdo manifestado nos depoimentos e reflexões que circularam no espaço coletivo como falas da rede.

## Referências

- AGAMBEN, G. *O amigo & O que é um dispositivo?* Coleção Grandes Temas, vol.21, Chapecó: Argos, 2014.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL, Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. 16 jul 1990. Seção 1, p.13563.
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*; Norma Operacional Básica – NOB/ SUAS. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Campanha Nacional Criança não é de rua (CONANDA; SNDCA/ MDH). *Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua*. Brasília: CONANDA, 2017.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília: CONANDA, 2006.
- CAVALARI NETO, R.; SILVA JUNIOR, A. G.; DANTAS BERGER, S. M.; LATGE, P. K. Crianças e adolescentes em situação de rua: um ensaio sobre o Projeto Ocupa Praça e a integralidade do cuidado. In: PINHEIRO, R.; PARO, C.A.; ASENSI, F.D. (Orgs). *Resumos ampliados do XVII Seminário do Projeto Integralidade: saberes e práticas no cotidiano das instituições de saúde: Amor Mundi, políticas da amizade e cuidado: a vida na saúde*. 1ed. Rio de Janeiro: CEPESC/IMS/ UERJ, v. 1, p. 21-33, 2018.
- CERQUEIRA, C.; RIZZINI, I. *Espaços de escuta e participação no contexto de acolhimento institucional*. Rio de Janeiro: CIESPI, 2020.
- CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M.R.; SUCENA, L.F.M. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. *SER Social (Online)*, Brasília, v. 9, p. 159-186, 2001.
- CRUZ, P.J.S.C.; SILVA, M.R.F. da; PULGA, V.L. Educação Popular e Saúde nos processos formativos: desafios e perspectivas. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 24, 2020.
- CRUZ, R.G.; BIGLIARDI, R.V.; MINASI, L.F. A dialética materialista de Paulo Freire como método de pesquisa em educação. *Conjectura: Filos. Educ.*, Caxias do Sul, v. 19, n. 2, p. 40-54, maio/ago. 2014.
- ERIJAD, *Relatos das rodas de conversa de 1 a 7*. 2020/2021.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- GONÇALVES, J.M. *Um estudo qualitativo sobre a circulação institucional de adolescentes em situação de rua em Niterói*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.
- GREGORI, M.F. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. (Orgs). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- NESPOLI, G. et al. Por uma pedagogia do cuidado: reflexões e apontamentos com base na Educação Popular em Saúde. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 24, 2020.
- NOGUEIRA, L.N.; BELLINI, L.M. Sexualidade e violência, o que é isso para jovens que vivem na rua? Santa Catarina, *Texto & Contexto Enfermagem* [online], v.15, n. 4, p. 610-616, out.-dez./2006 [Acessado em 6 de Junho de 2021]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71415409>